

JE

Jornal dos Economistas

Nº 367 Março de 2020

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Decadência do império dos EUA?



Francisco Carlos Teixeira da Silva, Celso Amorim, Giorgio Romano Schutte, Esther Majerowicz e Carlos Serrano Ferreira discutem se realmente presenciamos a substituição da hegemonia mundial dos EUA pela da China, se esse processo é inexorável e quais são as consequências para o Brasil.



Entrevista com Flávia Vinhaes,
nova presidente do Corecon-RJ

Fórum analisa o desempenho financeiro
e investimentos da Cedae

Decadência do império dos EUA?

Esta edição debate se presenciamos a passagem da hegemonia mundial dos EUA para a China. Esse processo é inexorável? A estratégia de Trump para reverter/adiar a perda da hegemonia é correta? Quais são as consequências para o Brasil?

A edição começa com entrevista com Flávia Vinhaes, primeira mulher a presidir o Corecon-RJ, que fala sobre os principais temas da profissão, o Conselho e as economias brasileira e fluminense.

No artigo de abertura do bloco temático, Francisco Teixeira, da UFRJ, afirma que caminhamos para um quadro multipolar. Os EUA não estão decadentes, mas deixarão de ser uma hiperpotência. Trump mostrou-se mais eficiente na defesa dos interesses americanos que os governos anteriores.

O ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim acredita que o mundo caminha para um ordenamento com equilíbrios múltiplos, com os EUA e China à frente, mas também com a UE e Rússia. O Brasil necessita de alianças, a começar na América do Sul, mas o governo trabalha para destruí-las. O próximo round da “Guerra de Titãs” entre EUA e China se dará no domínio do 5G.

Giorgio Romano, da UFABC, avalia que a atual ameaça à hegemonia dos EUA é comparável à situação no fim da década de 70, quando Reagan agiu para impedir a ascensão do Japão. Mas Trump agora se defronta com a China, que, além do poder econômico, detém poderio militar e deseja se tornar uma potência mundial.

Esther Majerowicz, da UFRN, destrincha a guerra entre os EUA e China pelo controle das tecnologias da informação e comunicação, crucial para a hegemonia mundial. A Huawei dispõe de superioridade nos equipamentos para a infraestrutura do 5G, mas a China carece de máquinas para a manufatura de chips, disponíveis nos EUA, Japão e Europa. Ao Brasil, resta ser mero espaço da disputa pela infraestrutura de telecomunicações.

Carlos Serrano, do LEHC/UFRJ, defende que assistimos ao canto do cisne dos EUA, que perderam a hegemonia produtiva e se entrincheiraram nas hegemônias financeira e militar. Em contraste com a China, o capitalismo dos EUA é dirigido por e para instituições financeiras, que drenam os investimentos produtivos. O maior sinal de senilidade da hegemonia estadunidense é Trump.

Diante dos questionamentos sobre a Cedae, o artigo do Fórum analisa o desempenho financeiro e orçamento de investimento da empresa.

Entrevista: Flavia Vinhaes.....	3
“Não queremos mais ser desenvolvidos?”	
Hegemonia dos EUA.....	5
Para onde vão os Estados Unidos?	
<i>Francisco Carlos Teixeira da Silva</i>	
Hegemonia dos EUA.....	6
A Nova Geopolítica e o Brasil	
<i>Celso Amorim</i>	
Hegemonia dos EUA.....	8
A procura por uma hegemonia 3.0	
<i>Giorgio Romano Schutte</i>	
Hegemonia dos EUA.....	10
As tecnologias da informação e comunicação na disputa entre China e Estados Unidos	
<i>Esther Majerowicz</i>	
Hegemonia dos EUA.....	12
EUA: o sonho imperial de um hegemom terminal	
<i>Carlos Serrano Ferreira</i>	
Fórum Popular do Orçamento	14
Água: um bem público ameaçado pelo interesse privado	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** Sidney Pascoutto da Rocha. **Conse-**

Iheiros Efetivos: 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascoutto da Rocha - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallack Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

“Não queremos mais ser desenvolvidos?”



Flávia Vinhaes tornou-se a primeira mulher a presidir o Corecon-RJ, que foi instituído no início dos anos 50. Doutora em Economia pela UFRJ (2009), é mestre em Planejamento Urbano e Regional (Ippur) com ênfase em mercado de trabalho e proteção social. Trabalhou como economista plena na Transpetro e atualmente atua como economista do IBGE na coordenação de emprego e renda. Ministra, na graduação e pós-graduação de diversas instituições de ensino, disciplinas como Macroeconomia, Microeconomia, Estratégia Empresarial, Contabilidade Social, Economia do Setor Público e Empresas Multinationais e Investimento Direto. Nesta entrevista, discutiu os principais temas da profissão, o Conselho e as economias brasileira e fluminense.

P: Qual é a função de um conselho de classe? Que retorno concreto o economista fluminense tem do pagamento da anuidade?

R: A natureza dos conselhos profissionais é a regulamentação e fiscalização do exercício da profissão. Mas há espaço para atividades complementares como a oferta de cursos de qualificação, a divulgação de revistas ou jornais temáticos, a abertura de novos espaços de discussão e a criação de consensos em relação aos desafios da Economia.

P: Como você avalia a PEC 108/19, que acaba com a inscrição obrigatória de profissionais em determinados conselhos de classe?

R: A existência dos conselhos profissionais não é uma demanda puramente corporativa senão um espaço a mais onde se defende o interesse da sociedade. Essa PEC extingue a regulamentação de 31 profissões, transformando a fiscalização e regulamentação profissional numa atribuição

privada. O que será de um país onde os trabalhadores não mais se organizam em entidades sindicais e a sociedade não dispõe de fiscalização profissional? Tudo isso sob o falso argumento de que tais garantias criam obstáculos ao desenvolvimento quando, na realidade, é o contrário. Essas instituições existem para mediar conflitos materiais, sociais e políticos.

P: O Rio de Janeiro enfrenta um processo de esvaziamento econômico desde a mudança da capital federal para Brasília e atravessa uma grave crise econômica. Como o Corecon-RJ pode contribuir para a reversão desse quadro?

R: Em 2019, o Corecon-RJ, em parceria com a Rede Pró-Rio e o apoio da Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia e da Casa Fluminense, organizou um ciclo de debates, no qual o foco era pensar as políticas públicas em geral e políticas locais de desenvolvimento, não apenas para

as chamadas áreas de sombra do estado, mas de forma articulada para toda a territorialidade fluminense. Nessa ocasião, especialistas debateram as finanças públicas do Rio, sua estrutura produtiva e mercado de trabalho, a segurança pública e a agenda metropolitana. Essas iniciativas são fundamentais para que possamos reunir especialistas, assim como a sociedade civil organizada, movimentos sociais e toda a população com interesse em pensar e difundir o saber e a criação de sinergias entre esses atores, apontando para projetos e soluções regionais.

Em 2020, ano do centenário de Celso Furtado, teremos o XXVII Simpósio de Conselhos de Economia, cujo tema será “Celso Furtado e o desenvolvimento regional”, além de algumas iniciativas locais que iremos divulgar oportunamente.

P: A Petrobrás, principal pilar do desenvolvimento no estado, cortou investimentos e está vendendo ativos. Simultaneamente,

o governo federal reduziu as exigências de conteúdo local na cadeia do petróleo. Tudo em nome do aumento da concorrência. Como você avalia esse caminho? Qual é o impacto para os economistas fluminenses?

R: Sob a ótica estritamente econômica, sabemos que havia mais de 5 mil empresas privadas, nacionais e estrangeiras, fornecedoras ou prestadoras de serviço, que trabalhavam junto à Petrobras e que empregavam centenas de profissionais especializados. Todos perderam seus empregos. A desnacionalização da empresa e de suas subsidiárias negligencia o seu papel sistêmico na economia brasileira. A integração desse sistema industrial produtivo exige conhecimentos científicos, tecnológicos e de engenharia muito sofisticados para se obter o melhor resultado ao final em termos de custos.

Pensar, por exemplo, que uma empresa como a Fafen-PR, responsável pela produção de fertilizantes num país com expres-

siva produção agrícola, será fechada, já tendo demitido mais de mil trabalhadores, nos aponta para uma ausência de projeto nacional de desenvolvimento, a entrega do patrimônio industrial e a submissão da economia brasileira a um projeto de desnacionalização.

No longo prazo, para uma economia em desenvolvimento, que precisa de segurança energética permanente, porque ainda há muito por fazer neste país, ter um suprimento energético otimizado e a baixo custo é fundamental para se pensar num plano de desenvolvimento. Ou agora já não queremos mais ser desenvolvidos?

P: Como o Corecon-RJ se posiciona diante da grave crise da água no Rio, cujo pivô é a Ceda, empresa que o estado pretende privatizar?

R: É possível estarmos diante de mais um caso de “sucatear para privatizar”. O problema pode ser fruto do aprofundamento de uma crise que data de anos anteriores. De 2002 a 2014 o PIB do estado registrou crescimento ininterrupto, inclusive tendo apresentado resultado positivo em 2009, quando o país e demais estados, particularmente do Sul e Sudeste, sentiram mais intensamente a crise financeira internacional. Em 2015 a queda do PIB fluminense ainda foi menor do que a nacional, demonstrando algum fôlego frente à grave recessão que atingiu o país. Entretanto, a partir de 2016 essas quedas se agudizaram, tendo sido superiores à média nacional. Esse mesmo movimento pôde ser observado através do mercado de trabalho, quando tivemos a nossa melhor fase em 2014, apresentando a menor taxa de

desocupação dentre as regiões metropolitanas e elevação da renda do trabalho, superando inclusive o rendimento médio da RM de São Paulo (PME/IBGE). Hoje, das 27 unidades da federação, o Rio apresenta a sétima maior taxa de desocupação. Fica claro que o estado tem experimentado de forma dramática a crise que se instalou a nível nacional desde 2015.

Nas palavras do grande economista Carlos Lessa, em *O Rio de todos os Brasis*, “A Cidade Maravilhosa, objeto de desejo dos brasileiros, foi sendo progressivamente dissolvida e, por muitos, desqualificada. O Rio, de comprovante das potencialidades do país, converteu-se no testemunho dos desequilíbrios e distâncias socioeconômicos nacionais e no paradigma de má qualidade de vida urbana.” Ainda que o citado comentário tenha se referido a outro período histórico, eu o pego emprestado para ilustrar este momento.

A atuação do Corecon-RJ a esse respeito é na produção e apoio sistemáticos a debates com especialistas, na busca por identificar os desafios e potencialidades do nosso território e, assim, contribuir para uma agenda democrática e propositiva.

P: Outras instituições da administração federal sediadas no Rio, como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), estão sob a mira do governo atual. Como o Corecon-RJ se posiciona nesse caso?

R: O recente movimento vai além de privatizar empresas nacionais. Ele objetiva promover a desnacionalização dos ativos públicos e trará diversos problemas em termos de emprego

e renda, para dizer o mínimo, sem falar na questão da soberania. Aqui podemos citar os casos da Eletrobrás, Casa da Moeda, Dataprev, Cerpro, Correios e outros mais.

P: É um economista carioca, Paulo Guedes, que comanda a feroz contrarreforma ultraliberal da Economia e Estado brasileiros, que promete não deixar pedra sobre pedra. É emblemático que essa figura seja oriunda do nosso estado? Não seria mais lógico que sua origem fosse São Paulo, sede do sistema financeiro brasileiro?

R: Não me parece que os liberais ou ultraliberais estejam circunscritos a um estado. Eugênio Gudin e Roberto Campos, referências de economistas liberais, viveram no Rio. Armínio Fraga, Joaquim Levy e Gustavo Franco também são ícones do liberalismo financista carioca. Ao passo que temos economistas progressistas em São Paulo, como Belluzzo e Wilson Cano.

P: Por outro lado, é no governo do banqueiro Guedes que a taxa básica de juros, a Selic, atingiu seu piso histórico, em linha com o que sempre defenderam os economistas heterodoxos brasileiros. Como se explica essa contradição?

R: Diversos economistas avaliam que a crise pela qual passa o país, desde 2015, com dois anos de aguda recessão seguidos, até o presente momento, por três anos de estagnação, é a maior crise capitalista já vivida no país. Nesse ambiente de terra arrasada, a inflação em 2017 ficou abaixo do piso da meta, fechando o ano em 2,95%.

Uma conjunção de fatores recessivos, como alto desemprego,

precarização das relações de trabalho, queda da renda e queda histórica dos investimentos, promoveu o ambiente mais do que propício, diria necessário, à queda da taxa Selic, que efetivamente só declinou de forma mais consistente e persistente a partir de julho de 2019, ou seja, de forma tardia, tendo se mantido ao longo do ano de 2018 e metade do ano de 2019 no mesmo patamar de 6,5%. Também no ambiente externo, as taxas de juros apresentaram queda. Ou seja, o diferencial de taxa interna e internacional estava elevado.

Mas o que eu sublinharia como algo importante é a forte proximidade do governo com a turma das finanças. Essa lua de mel, que promete um regime de capitalização para a previdência, a desidratação do maior banco de investimento da América Latina (BNDES) e um novo Proer, tem espaço para exigir alguma contrapartida.

P: Por fim, conte-nos por que você escolheu a profissão de economista. Como exercer a profissão de forma ética? Qual é o papel social do economista?

R: Sabe-se que a tarefa de escolher uma profissão aos 18 anos é muito difícil, mas o fato é que temos que fazê-lo. No meu caso, eu tenho um tio, de quem sempre fui muito próxima, que é economista. Desde pequena, eu queria seguir seus passos profissionais. Rapidamente encontrei outros estímulos: o desafio de contribuir para o desenvolvimento do meu país e o entendimento de que a pobreza e desigualdade precisam ser frontalmente combatidas, se sonharmos com um país justo e desenvolvido. A Economia me possibilitou trilhar esse caminho.

Para onde vão os Estados Unidos?

Francisco Carlos Teixeira da Silva*

Com as eleições americanas – já com um *impeachment* vencido e índices econômicos e sociais favoráveis – crescimento médio de 2,2%, inflação em torno de 2,2%, a taxa de desemprego em 4,4%, mas com uma população abaixo da linha da pobreza em pouco mais de 15% e uma dívida externa em 18 trilhões de dólares ao final de 2017 – apontando para Donald Trump como favorito, malgrado sua política e personalidade, a pergunta acima é bastante incômoda, mas necessária.

Em tais condições a Administração Trump mostrou-se mais eficiente na defesa dos interesses americanos, via um agressivo

vo *America First*, que quaisquer governos anteriores. A arquitetura das relações internacionais – ONU, Otan, União Europeia, antigo Nafta, OMC e FMI – foi desafiada e, mesmo dinamitada, como o Nafta e, agora, a OMC, sempre que os interesses americanos exigiam prioridade.

A crise com a China Popular talvez seja o mais importante conflito em curso. Washington não tem meios para deter o gigantesco déficit com os chineses. Boa parte da sensação de bem-estar da classe média americana advém do consumo de bens baratos chineses. Da mesma forma, a ameaça, desde 2017, contra as “maquiladoras” americanas no México, surtiram efeito. A Ford desistiu de um investimento de 1,6 bilhão de dólares em San Luis de Potosí, México, para retornar ao Michigan.

Mais grave, ou revelador do “método Trump”, foi a ameaça contra empresas não americanas, como a Honda, Toyota e a Nissan, para não investirem no México sob pena de taxações de até 35% de seus veículos no mercado americano.

A luta pela manutenção de uma forte base industrial – o velho fordismo – tornou-se o centro da política em Washington. Condenado pela maioria das análises, o fordismo, fornecedor de emprego fixo, remunerado e conti-

nuo, foi anunciado pelos economistas pós-modernos como uma relíquia, ou no máximo um resíduo, um “núcleo duro” num oceano de trabalho robótico, digital, remoto, *just in time*; no entanto, tornou-se uma obsessão. Assim, gastos exacerbados dos Estados Unidos com a defesa europeia – em especial com a Otan e o envolvimento no Oriente Médio – foram revistos, buscando novos aliados e novas posições. O Brexit, uma forma de quebrar o protecionismo e os imensos subsídios da União Europeia, foi apoiado e incentivado por Trump, com promessa de um generoso acordo bilateral, a conferir, com os ingleses. Da mesma forma, o Mercosul é um alvo prioritário da política externa americana, e malgrado todos os sinais de completa assimetria de tratamento, é muito provável que Brasília pense em um próximo “Braxit” do Mercosul, em especial após eleição de Fernandez na Argentina.

Nas relações bilaterais – preferência de ação de Trump – não há amigos ou parceiros. A aspereza e rudeza foram testadas com a China Popular até forçar um acordo, mesmo sob risco de uma crise comercial e financeira mundial. O mesmo ocorreu, e está em curso, com as parcerias com a Alemanha, França, Espanha, Austrália, Argentina e, para espanto não justificado, com o Brasil de Bolsonaro.

Trata-se, de forma clara, de recuperar a primazia econômica americana e, em especial, do emprego para os trabalhadores americanos. Numa linguagem de dono de mercadinho da esquina, Trump fala de concorrência e custos para

um público de classe média e média baixa cansado de gastos públicos, perda de postos de trabalho, de imigrantes e da concorrência estrangeira. O que até o momento tem surtido efeito.

Os Estados Unidos tornaram-se uma grande potência industrial nos anos de 1880, consolidando sua situação mundial entre 1890 e 1920. Primeiro utilizaram-se de seu extenso mercado interno, em combinação de um mercado externo que se expandia rapidamente. Por volta de 1950, poupados das destruições da Segunda Guerra Mundial, e via uma agressiva política de empréstimos, eram a maior economia do mundo. No entanto, depois da Descolonização dos anos de 1960, do retorno da China e da Índia ao cenário de países livres, da chegada do Brasil, México, Argentina como novos países industrializados, da reconstrução do Japão e da Europa e URSS, a centralidade dos Estados Unidos decaiu imensamente como centro industrial e tecnológico único do mundo.

O novo cenário pós-Guerra Fria, desde 1991, acentuará o quadro multipolar. Não se trata, no entanto, de um Estados Unidos “em decadência”, mas de uma América “normalizada” no quadro de um Concerto das Nações, junto aos demais países do mundo, não mais uma exceção, uma hiperpotência com vocação a ordenar o mundo.

O futuro é um mundo mais “normal” com nações mais iguais. A decadência envolve não uma nação, mas um projeto de poder de dominação mundial.

* É professor titular da UFRJ.



A Nova Geopolítica e o Brasil



Celso Amorim*

Em artigo recente publicado na Carta Capital, intitulado *O Tripé e a Balança*, sustentei que o mundo caminha no sentido de novo ordenamento, caracterizado por equilíbrios múltiplos. Não se trata da multipolaridade, que parecia se configurar no início do milênio, no lugar da dominação unipolar do pós-Guerra Fria, nem de uma nova bipolaridade China-EUA, para a qual apontam muitos analistas. Acentuei a importância da Rússia, sobretudo em função do poderio militar e de uma diplomacia assertiva, que tem permitido a Moscou ampliar sua influência no Oriente Médio e em outras regiões. Ao mesmo tempo, a aproximação da Rússia com países da Europa Ocidental, principalmente a Alemanha de Merkel (veja-se a decisão de manter o projeto do gasoduto *Nord Stream* por cima das objeções de Trump), pareceria indicar que a situação de isolamento que se seguiu à ocupação da Crimeia está sendo substituída por outra, onde predomina a cooperação. A esses dois eixos, é preciso acrescentar a existência de uma União Europeia, que, mesmo enfraquecida com o Brexit e por dissensos ideológicos, segue tendo grande peso econômico e considerável influência em temas de interesse global, como mudança climática, imigração e comércio.

É neste quadro que grandes países em desenvolvimento, como Brasil, Índia e África do Sul (que, no início do milênio se associaram no fórum Ibas), terão que se mover, buscando não só interesses imediatos, mas a construção de equilí-

brios que tornem o mundo mais “amigável”. Em nossa região, essa ação seria em muito fortalecida por iniciativas de integração e/ou cooperação regional, do tipo Mercosul, Unasul, Celac, todas sob ataque, em graus variáveis, pela atual política externa obscurantista e totalmente submissa aos desígnios do governo de Donald Trump.

A percepção desses equilíbrios múltiplos, que devem ser explorados e, em alguns casos, reforçados pela ação diplomática, não significa negar que a competição entre Estados Unidos e China ocupa um lugar central no mundo de hoje. São conhecidas as previsões de que, em pouco tempo, o gigante asiático ultrapassará a nação norte-americana economicamente, inclusive em valores de mercado (já que, nos cálculos baseados no poder de compra isso já teria ocorrido ou estaria prestes a ocorrer). E não é apenas em números brutos que esta batalha se está travando. Mais importante, ela chegou ao domínio das tecnologias avançadas como a nova plataforma de comunicação 5G. Tudo indica que países como o Brasil (mas não só ele) serão palco de uma luta feroz pela supremacia tecnológica.

Ainda é difícil prever como será o desenrolar dessa verdadeira “guerra de Titãs” (a metáfora sobre os gigantes da mitologia grega é apropriada). Muitos analistas se têm referido a uma suposta “armadilha de Tucídides”, em referência à análise do grande historiador das razões que levaram ao conflito entre Atenas e Esparta, apontando para a inevitabilidade da guerra quando uma potência hegemônica é forçada a ceder o lugar a outra. Es-

sa analogia, quando adotada de forma não crítica, desconhece um fato fundamental: a existência de arsenais nucleares, cujo uso destruiria os potenciais contendores e, muito provavelmente, qualquer resquício de vida racional no planeta.

A grande potência em ascensão – a China – tem como característica de sua ação internacional certo grau de moderação no emprego dos meios de pressão, que não foi típica de outras nações em seu tempo, seja Atenas na antiguidade clássica, seja a Alemanha no início e meados do século XX, seja a Inglaterra da época elisabetana ou os próprios Estados Unidos, quando descobriram, em fins do século XIX, que tinham um “destino manifesto”.

De fato, para um Estado que está em vias de se tornar a maior economia do mundo e que, gradualmente, tem fortalecido seu poder militar, a China tem sido notavelmente pouco agressiva na busca de seus objetivos de médio e longo prazo. Talvez, dado o seu enorme tamanho e a existência de questões “internas” complexas, como Hong-Kong, Tibete, Taiwan, a minoria muçumana (os Uigur), Beijing se tem demonstrado relutante em assumir posições que possam gerar conflito fora de seu entorno imediato. Daí as atitudes relativamente discretas em relação a conflitos no Oriente Médio, na Líbia e, mesmo, na América Latina (especialmente Venezuela), onde interesses chineses podem ser afetados. Isso, entretanto, começa a mudar, com atitudes mais afirmativas em questões como a do Mar da China e Irã. Com este último, grande fornecedor de petróleo, a China participou recentemente, ao lado da Rús-

sia, de manobras navais no Golfo de Omã. Para alguns analistas, este exercício teria sido um dos detonadores da decisão de Trump de autorizar o assassinato do general iraniano, Qasem Suleimani.

A trégua na guerra comercial com Washington também seria indicadora de uma atitude cautelosa da liderança chinesa, que pragmaticamente preferiu dar um passo atrás (e, provavelmente, fortalecer-se para o próximo embate) a continuar a reagir frontalmente às medidas protecionistas de Trump. Mas, como muitos observadores têm sublinhado, trata-se apenas de um *round* de uma longa luta. E o mais crucial deles, muito provavelmente, não será no terreno das tarifas ou das compras de produtos agrícolas, mas no da supremacia tecnológica.

Ao lado desse enfrentamento, há que se considerar a garantia de acesso a fontes de energia e de proteína, de que a China é carente. O interesse no Irã tem aspectos geopolíticos, em função de sua localização e influência no Oriente Médio, mas tem a ver sobretudo com esta necessidade. Algo parecido tenderá a ocorrer em relação à América Latina e, em particular, o Brasil, parceiro estratégico, visto pela liderança chinesa como um “celeiro” para as necessidades alimentares de sua imensa população, além de supridor importante de matérias-primas para sua indústria, notadamente ferro.

Neste quadro de expansão chinesa, afirmação da Rússia e movimentos oscilantes da Europa, é

muito provável que Washington volte cada vez mais os olhos para o seu “quintal”. Não é gratuita a crescente referência à doutrina de Monroe por autoridades norte-americanas. Este é o contexto em que deve ser vista a batalha para garantir a subordinação do Brasil a essa concepção estratégica, seja pela *lawfare*, que derrubou o projeto encarnado pelo PT (e sobretudo por Lula), seja pelo apoio da extrema direita norte-americana a Jair Bolsonaro. Ao alinhar-se, de maneira totalmente submissa e contrária aos princípios básicos da nossa diplomacia e do Direito Internacional, com o “ato de guerra” de Washington, o atual governo deu mais uma demonstração desse atrelamento vergonhoso e incondicional.

O paradoxo dessa situação é que o país hegemônico pouco tem a oferecer em troca, em termos concretos, salvo o apoio ao acesso, de benefícios discutíveis, à OCDE e, possivelmente à OTAN (de implicações ainda mais graves). Ao anunciar a adesão ao acordo de compras governamentais, o minist

tro da Economia nada mais fez do que complementar o gesto de submissão de Bolsonaro quando abriu mão de forma unilateral do tratamento especial e diferenciado que a OMC reconhece para os países em desenvolvimento. Como ficou evidenciado no último leilão do pré-sal, o país que pode aportar recursos e evitar o fiasco das ações do governo é a China. Até quando será possível manter essa duplicidade entre a submissão política a Washington e a realidade econômica da dependência de Beijing, é algo que deixo a cargo dos futurólogos (de preferência não astrólogos), entre os quais não me incluo.

Há algum tempo, tenho sustentado que, em um mundo de grandes blocos, como Estados Unidos e China (blocos em si mesmos) ou a União Europeia (em que pese às fragilidades já mencionadas), mesmo um país grande como o Brasil necessita de alianças. E a primeira dessas alianças deve ser construída em seu entorno natural: a América Latina e Caribe (com ênfase na América do Sul) e, em certa medida, a

África. No caso da primeira, o atual governo tem trabalhado sistematicamente pela destruição de organismos, fóruns e entidades que fortalecem a região e, indiretamente ao Brasil, valendo-se de argumentação ideológica, que não se ouvia desde o auge da Guerra Fria.

Fiéis à doutrina Monroe e ao moto de *America First*, Araújo e Bolsonaro atiraram no coração da Unasul e da Celac, enquanto seus esbirros da tecnocracia buscam um Mercosul-Flex. Como se posicionarão quando a “armadilha de Tucídides” se manifestar em nossa região é algo que não me atrevo a prever. No meio tempo, é tarefa de políticos e pensadores progressistas lutar para deter a sanha destrutiva e o impulso à submissão, que tomaram conta do Planalto e do Palácio Itamaraty e que nem Nelson Rodrigues, em seus momentos mais cáusticos, chegou a antever.

* Foi ministro das Relações Exteriores do Brasil no governo Itamar Franco (1993-1994) e no governo Lula (2003-2010) e ministro da Defesa do Brasil no governo Dilma (2011-2014).



A procura por uma hegemonia 3.0

Giorgio Romano Schutte*

O mundo está vivendo um revival do debate do final da década de 1970 sobre o fim da hegemonia estadunidense. Naquele momento, um conjunto de fatores suscitou dúvidas a respeito da capacidade dos EUA para manter sua hegemonia tal como organizada desde o final da Segunda Guerra Mundial. Hoje em dia, por circunstâncias e processos diferentes, a mesma encruzilhada se faz novamente presente, com consequências e possíveis escolhas postas a inúmeros países do mundo, inclusive o Brasil.

Na segunda metade do século passado, a Guerra do Vietnã havia desmoralizado a capacidade militar norte-americana, enquanto as economias alemã e japonesa estavam demonstrando maior capacidade de inovação e de aumento da produtividade. No “desastroso” ano de 1979, os EUA não tinham uma resposta nem à invasão do Afeganistão pela União Soviética nem à revolução no Irã, que transformou do dia para a noite um aliado importante em um arqui-inimigo. Além disso, havia um enfraquecimento da coesão interna, com os movimentos de contestação à guerra no sudeste asiático mobilizando massas de jovens, entre outros aspectos.

Ocorre, porém, que, à época, não havia uma real alternativa aos EUA. A União Soviética tinha certo poderio militar, mas carecia de poder econômico. Já no caso da Alemanha e do Japão, era o contrário. Além do mais, os últimos dois dependiam dos EUA para sua segurança. Os EUA, sob o comando do Ronald Reagan, en-

tão, iniciaram um processo bem-sucedido para reorganizar sua hegemonia: Hegemonia 2.0, baseada em três pilares.

Primeiro, o aumento expressivo dos investimentos militares, com os quais foi dada inclusive uma contribuição crucial para a queda da União Soviética, incapaz de acompanhar a nova corrida armamentista. Segundo, a ofensiva do dólar, fazendo uso da política monetária para restabelecer o controle sobre o fluxo da moeda no mundo, com efeitos colaterais desastrosos para as economias latino-americanas endividadadas, em particular a do Brasil. O fortalecimento do dólar como moeda central para a economia mundial e o direcionamento dos excedentes para financiar o duplo déficit estadunidense (déficit na balança comercial e o déficit público) criaram também as bases para a chamada “financeirização”. Terceiro, uma aposta em uma nova revolução tecnológica em torno da informática e das telecomunicações, que viria a originar novos gigantes corporativos, como Google, Facebook, Apple, Amazon e Microsoft, além de uma reestruturação da estrutura produtiva dos antigos oligopólios, com uma onda de fusões e aquisições. Nesse contexto, o aumento do gasto militar foi fundamental na articulação da terceira revolução tecnológica.

Parte do processo se deu por meio do reenquadramento dos aliados. O Japão foi levado a uma forçada valorização do iene e a suportar restrições “voluntárias” à exportação (*Voluntary Export Restraints*). Já a Europa Ocidental, por meio de uma série de articu-



lações políticas, passou por um enfraquecimento de suas forças autonomistas. Assim, nos anos seguintes, depois que Reagan conseguiu reorganizar o poder dos EUA, coube a Bush-pai reincorporar o antigo bloco soviético, e a Bill Clinton embrulhar a remodelada hegemonia em novas instituições multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês), ou por meio da reorganização de instituições já existentes, como no caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Adentrando no século atual, a década de 2000 foi um teste para a Hegemonia 2.0. A explosão das Torres Gêmeas (setembro de 2001) e a implosão do Lehman Brothers (setembro de 2008) trouxeram desafios enormes. No campo militar, a guerra no Afeganistão se tornou o mais longo conflito militar na história dos EUA, deixando como única saída um acordo com os Talibás, cuja destruição

era o objetivo inicial da operação. A invasão no Iraque, por sua vez, conseguiu derrubar e matar Saddam Hussein, mas, ao invés de resultar na instalação de um regime pró-americano, o que se assistiu foi a um avanço da influência do Irã, cuja contenção era um dos objetivos centrais da política externa estadunidense desde 1979.

No campo econômico, a crise financeira de 2008 foi um enorme desafio para a hegemonia dos EUA, à qual se juntou a crise política da democracia liberal, incapaz de lidar com as crescentes concentrações de renda e riqueza, com mecanismos de compensação esvaziados pelas crises das dívidas fiscais. Ao mesmo tempo, a crise interna se expressou novamente, com um crescimento expressivo do uso fatal de opióides como a heroína, provocando cerca de 70 mil mortes por ano nos EUA.

O que claramente difere a situação atual daquela do final da década de 1970 é a ascensão de uma nova potência econômica com capacidade militar, um desafio novo para a hegemonia dos EUA: a China. A incorporação do gigante asiático como fábrica do mundo, uma nova fronteira de expansão do capitalismo, sob coordenação das grandes corporações ocidentais, era um elemento fundamental para o sucesso da consolidação da Hegemonia 2.0. O crescimento chinês levou a um processo que pressionou os sindicatos no resto do mundo e deflacionou os preços dos manufaturados. Ao mesmo tempo, a aplicação dos dólares ganhos com as exportações da China contribuiu de forma substancial com o financiamento do endivi-

damento dos EUA. Paralelamente, entretanto, com base na força econômica que adquiriu ao longo desse processo e sob a nova liderança do presidente Xi Jinping, a China deixou claro ao mundo sua vontade política de ser reconhecida como uma potência global.

Há um claro objetivo, por parte da China, de sair da posição subordinada nas cadeias produtivas, colocando-se à frente da produção e apropriando-se do valor adicionado, com estratégias de inovação e controle tecnológico. Assim, a economia chinesa parece cada vez menos se enquadrar na lógica de uma sub-região do capitalismo transnacional, embora a presença de capitais internacionais ainda domine parte expressiva da sua estrutura produtivo-tecnológica.

Não obstante as divisões políticas e sociais internas acirradas, o que une as diversas forças nos EUA é o objetivo de barrar a ascensão chinesa o quanto antes. As diferenças dizem respeito às estratégias e táticas a serem aplicadas e as narrativas a serem utilizadas. Nesse sentido, o governo Donald Trump deve ser compreendido muito mais co-

mo uma expressão da busca de novas formas de manutenção da dominação norte-americana do que uma causa de instabilidades. Nesse sentido está-se, portanto, diante de um processo semelhante àquele que se viu no governo Ronald Reagan, em resposta ao declínio da hegemonia norte-americana no final da década de 1970.

Não à toa, a campanha eleitoral de Trump em 2016 reproduziu uma série de slogans da campanha de Reagan em 1980, em particular *Make America Great Again* e *America First*. Novamente, o campo de batalha, antes de ser militar, será econômico e político. Donald Trump, assim como fez Ronald Reagan, aposta no aumento dos gastos militares e na liderança em novas tecnologias, por meio de uma estratégia desta vez conhecida como Indústria 4.0 ou Quarta Revolução Tecnológica.

Que não parem dúvidas: a fotografia presente ainda mostra enorme concentração de poder econômico, tecnológico, político, cultural e, sobretudo, militar dos EUA. Já o filme a que se assiste evidencia uma dificuldade dos

EUA em organizar e consolidar sua nova hegemonia diante dos desafios internos e externos mencionados. Trata-se, portanto, de uma crise do modelo de hegemonia, e não do poder dos EUA em si.

Tudo indica que os EUA resolveram enfrentar os novos desafios (a China em particular) não com a força da transnacionalização e da ideologia da globalização liberal, mas com a lógica da rivalidade interestatal, recolocando, na medida do possível, seus capitais a serviço dessa estratégia. Assim, a liderança do capitalismo globalizado se torna ela mesma a referência do novo nacionalismo econômico. Observa-se que a volta da competição interestatal, com estreitamento das relações entre Estado e capital, em detrimento da tendência de transnacionalização, vem acompanhada de investimentos no setor bélico, cuja participação nos gastos públicos aumentou de forma significativa em quase todos os países industrializados, a começar pelos EUA, onde o orçamento militar aumentou de US\$ 634 bilhões, em 2018, para US\$ 738 bilhões, para 2020. Ou seja, o

que está em jogo é muito mais que uma “guerra comercial”.

É possível que os EUA consigam recuperar a ofensiva e obrigar a China a seguir o caminho do Japão no final da década de 1980. Há, porém, uma grande diferença entre as duas nações asiáticas: no caso da China, há expressa vontade de se tornar uma potência mundial para garantir a continuidade de seu processo de crescimento e desenvolvimento, condição *sine qua non* para a manutenção do domínio do Partido Comunista Chinês. A subordinação da China a uma hegemonia 3.0 exigiria, portanto, um enfraquecimento interno da China, algo que também não pode ser descartado.

Assim, a presente formatação do tabuleiro geopolítico mundial, com a ascensão chinesa e a busca de uma nova hegemonia por parte dos EUA, tem implicações grandes também em outras regiões do mundo, como a Europa, que deverá optar entre se tornar um terceiro bloco de poder, com capacidade, inclusive, de garantir o equilíbrio no mundo, ou voltar a ser um coadjuvante dos EUA na sua rivalidade com a China. O mesmo vale para o Brasil, que pode manter sua ambiguidade, tentando até se aproveitar da rivalidade, mas que, em algum momento, pode ser pressionado pelos EUA a se re-enquadrar em seu papel de subordinação ao vizinho do Norte. Sem dúvida, uma América do Sul, ou até América Latina, unida teria muito mais condições de se posicionar. Algo que não está no horizonte do governo brasileiro de turno.

* É professor de Relações Internacionais e Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC) e membro do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (Opeb).



As tecnologias da informação e comunicação na disputa entre China e Estados Unidos

Esther Majerowicz*

A ascensão da China vem reacendendo os debates sobre o declínio do poder americano e o fim da hegemonia dos EUA, iniciados nos anos 1970, levando parte dos analistas a postular uma mudança, cedo ou tarde, de hegemonia para a China. Para alguns, o crescente papel da China nas tecnologias da informação e comunicação (TIC) apareceria como evidência corroborando esse prognóstico. Distintas empresas chinesas tornaram-se altamente competitivas em produtos como *smartphones*, equipamentos de telecomunicação, inteligência artificial e câmeras inteligentes. O caso de mais alto perfil expressou-se na superioridade competitiva da Huawei nos equipamentos para a infraestrutura do 5G, a quinta geração dos sistemas de telecomunicações sem fio, a partir da qual se projeta e se promete a digitalização, conectividade e “inteligentização” de toda a economia e de todos os poros da vida social. O que se pretende argumentar aqui é que as TIC são um elemento central para o poder estrutural contemporâneo, e, por isso, o salto para a China suplantando os EUA não é trivial. Nesse domínio, ela apresenta grande dependência tecnológica e produtiva nos EUA e seus aliados, engendrando a incompletude da modernização industrial chinesa. E, sem o moderno sistema industrial, é difícil conceber a hegemonia na economia capitalista global.

Como tecnologias de uso dual, as TIC sustentam a Revolução nos

Assuntos Militares, a dita “Quarta Revolução Industrial” e o upgrade tecnológico em curso dos invasivos aparatos repressivos domésticos de Estado, um processo que vem ocorrendo a despeito dos regimes políticos nacionais. Militarmente, as TIC são fundamentais não apenas para o núcleo duro do poderio militar, as armas de precisão, como também para a transformação das táticas e estratégias militares, ensejando novas formas de guerra, como a guerra eletrônica e a *cyberguerra*. Ademais, o do-



mínio das TIC tem sido mobilizado recorrentemente para afetar a opinião pública, como evidenciado nos últimos processos eleitorais ao redor do mundo.

Economicamente, a centralidade das TIC é inquestionável: as empresas de tecnologia são as maiores do mundo em capitalização, o setor de TIC e seus produtos foram os mais dinâmicos do mercado mundial nas últimas décadas, e elas viabilizaram a fragmentação produtiva internacional na atual forma das cadeias de valor

globais. Hoje, elas fundamentam os grandes projetos industriais dos países centrais – emergindo na Alemanha na esteira da crise de 2008-2009 –, por meio dos quais uma guinada radical na retórica das elites globais é efetuada: sim, o chão de fábrica e a manufatura importam para a apropriação de valor na produção internacionalmente fragmentada, não apenas os “serviços” do suposto mundo “pós-industrial”. Sob o *branding* de “Quarta Revolução Industrial”, o acirramento da concorrência no

mercado mundial devido à ascensão chinesa tem como resposta a retomada aberta da grande política industrial nos países centrais e naquelas periferias com pretensões de galgar hierarquias no cenário internacional. No coração desses planos estão a difusão e aprofundamento da digitalização e virtualização das unidades e cadeias produtivas industriais, em sistemas *cyber-físicos*, dependentes de sistemas de comunicações dedicados ou da internet.

Como tecnologias de acesso e

controle remoto, as TIC vêm sendo alavancadas para o aumento da superfície e da profundidade dos sistemas de vigilância e controle social privados e públicos. Vastos aparatos digitais empresariais de vigilância foram constituídos para o controle dos trabalhadores no processo de trabalho, aumentando a intensidade do trabalho, e enquanto consumidores. Os grandes capitais passam a tecer não apenas seus aparatos digitais de vigilância, como também se colocam como parceiros essenciais no processo em curso de *upgrade* tecnológico e espraiamento dos aparatos estatais de vigilância e controle social, tanto em suas dimensões domésticas quanto, em alguns casos, imperiais. O estilização dos espaços tradicionais de trabalho com supervisores diretos e o crescimento da massa de trabalhadores precarizados nas vias e espaços públicos e em suas casas requerem, por um lado, sistemas de monitoramento e controle remoto digitais e, por outro lado, um Estado que assuma cada vez mais as funções repressivas.

Dada a centralidade das TIC para a economia capitalista global e para o poder estatal contemporâneo, o controle sobre a produção e o progresso técnico das TIC é uma condição sem a qual não é possível o desempenho da hegemonia. O que chamamos de moderno sistema industrial é a estrutura que gera os produtos finais, componentes e módulos eletrônicos necessários para todos os processos de computação, digitalização, “intelligen-

tização” e conectividade. Esse sistema é composto por três setores de alta tecnologia: os semicondutores (sensores, dispositivos discretos e opto-eletrônicos e circuitos integrados, como *chips*), seus usuários a jusante e as máquinas que os produzem a montante. As empresas chinesas têm apresentado grande sucesso nos estratos posteriores desse sistema – os usuários de semicondutores –, elevando a concorrência em segmentos de maior valor agregado das cadeias de valor globais e aumentando a capacidade chinesa de disputar rendas tecnológicas na definição dos padrões técnicos internacionais. Esse sucesso provoca um rebatimento sobre a sofisticação tecnológica do Exército Popular de Libertação, por meio da fusão civil-militar como estratégia de modernização, e uma crescente capacidade de implementar um sistema internacional de vigilância próprio, disputando suas fronteiras com aquele constituído pelos EUA e os Cinco Olhos.

Nos estratos posteriores desse sistema encontram-se os equipamentos para o 5G, a infraestrutura crítica à qual se pretende acoplar não apenas os usuários tradicionais, mas também indústrias inteiras, infraestruturas urbanas, o sistema de transporte e os objetos em geral. A capacidade chinesa de prover em escala, baixo preço e com melhor tecnologia esses equipamentos colocaria o país em uma posição estratégica para acessar, negar serviços e/ou interromper as atividades fundamentais para a operação das economias capitalistas modernas e da vida urbana. Os EUA não estão dispostos a conceder essa posição estratégica na infraestrutura global de telecomunicações à China, e, nessa dimensão,

emerge uma disputa de caráter interimperialista sobre as infraestruturas nacionais de telecomunicações e suas ligações internacionais e transoceânicas, isto é, uma disputa sobre a redefinição da arquitetura do sistema global de telecomunicações. Para tal, os EUA alavancam seu poder estrutural derivado da integração do moderno sistema industrial e do controle sobre as bases do mesmo, diretamente, devido à sua produção doméstica, e, indiretamente, dada a dependência das principais empresas estrangeiras e domésticas no setor de defesa americano para o avanço da fronteira tecnológica em semicondutores e, criticamente, das máquinas que os produzem.

A principal importação da China atualmente são os *chips*. Em 2018, os EUA supriram 47,5% da demanda chinesa por esses componentes, especialmente os mais avançados. Recentemente, a China vem experimentando substanciais avanços na capacidade de suas empresas no *design* de circuitos integrados, com destaque para a HiSilicon, subsidiária da Huawei, responsável em importante medida pela competitividade da última. A despeito de distintas rodadas de política industrial –incluindo a iniciada em 2014, na esteira das revelações de Snowden sobre o sistema global de vigilância dos EUA e aliados –, a capacidade produtiva e tecnológica chinesa esbarra recorrentemente nos mesmos limites: a manufatura de chips. Essa é uma das etapas nas quais se pode comprometer a integridade desses, por exemplo, inserindo *backdoors* e *kill switches*. As empresas domésticas da China permanecem defasadas em duas gerações do estado da técnica, e o volume de produção é cronicamente insuficiente para suas necessidades.

Os limites com os quais se deparam as políticas industriais chinesas na manufatura estão intimamente relacionados com a importação das máquinas que produzem *chips*. **Ela depende de máquinas estrangeiras, cuja produção é dominada principalmente por empresas americanas, japonesas e europeias.** Os EUA restringem a exportações dessas máquinas para a China em duas gerações de distância da fronteira tecnológica e vêm pressionando crescentemente seus aliados para tal. Apenas a holandesa ASML produz as máquinas de litografia ultravioleta extrema, atualmente responsáveis pela continuidade da redução de tamanho de chips mais poderosos. Essa tecnologia foi desenvolvida pelos laboratórios de defesa americanos na Era Reagan e transferida para a ASML, recentemente impedida de exportá-la para empresas chinesas por imposição dos EUA. Mesmo quando acessam as máquinas, as empresas chinesas não têm experiência e informação adequada de como utilizá-las. Essas não são repassadas pelos supridores aos chineses, diferentemente dos sul-coreanos, que receberam ampla transferência de *know-how* e suporte de engenheiros americanos. Até que as empresas chinesas consigam ajustar sua produção às máquinas adquiridas, novas gerações tecnológicas são implementadas pelos EUA, Coreia e Taiwan.

Na atual trajetória de desenvolvimento tecnológico, a Era do Silício, é difícil identificar a completude da internalização e o desenvolvimento integral do moderno sistema industrial chinês. Uma possibilidade para a China resolver o problema da manufatura de *chips* – sem, entretanto, sanar a dependência nas máquinas – passaria

por Taiwan, um dos líderes nesse segmento. **Os EUA possuem um grande domínio sobre as bases do moderno sistema industrial, que vem crescentemente sendo alavancado para retardar e, eventualmente, bloquear o avanço chinês nos segmentos posteriores.** O setor de defesa americano segue fundamental para o progresso técnico de tal sistema, vide a atual Iniciativa para o Ressurgimento Eletrônico liderada pela Defense Advanced Research Projects Agency (Darpa) com universidades e o setor privado americanos e europeus. **Todavia, a China tem investido fortemente em educação, ciência e tecnologia. Assim, em um cenário de mudança de trajetórias tecnológicas, a China poderia sair à frente.** Nesse contexto, **o Brasil, que vem asfixiando e desmontando suas estruturas científicas, tecnológicas e educacionais, aparece como mero espaço para a disputa interimperialista 4.0 entre China e EUA pela renovação da infraestrutura de telecomunicações e os serviços que ela dará suporte e pelo *upgrade* tecnológico dos aparatos repressivos do Estado brasileiro, com a difusão dos sistemas de vigilância com inteligência artificial, ensejando novas formas de dependência.**

* É professora do Departamento de Economia e pesquisadora líder do Grupo de Economia Política do Desenvolvimento, ambos da UFRN.

Artigo parcialmente baseado em: MAJEROWICZ, E. e MEDEIROS, C. Chinese Industrial Policy in the Geopolitics of the Information Age: the case of semiconductors, *Revista de Economia Contemporânea*, (22) 1: 1-28, 2018; MAJEROWICZ, E. *A China e a Economia Política Internacional das Tecnologias da Informação e Comunicação*, Texto para Discussão Depec/UFRN, 1, 2019.

EUA: o sonho imperial de um *hegemon* terminal

Carlos Serrano Ferreira*

“**N**o meio do caminho da nossa vida, encontrei-me em uma selva obscura, pois o caminho direito tinha perdido”¹. Se podemos nos encontrar no meio de nossas vidas em realidades tortuosas, o que será de um *hegemon* que já foi muito mais longe que isto e alcançou a sua senilidade? Que só por espasmos de afirmação violenta de um poder imperial, diatribes e ameaças consegue manter uma aparência de hegemonia?

O maior sinal de senilidade da hegemonia estadunidense é a presidência de Donald Trump. Esta potencializa tendências que já se apresentam de forma cada vez mais marcada desde o governo de George W. Bush (2001-2009) e, ainda que com mediações, avançaram durante o governo Barack Obama (2009-2017). Em particular, a confusão entre uma afirmação imperial e o exercício da hegemonia. Se um *hegemon* necessita, tal qual um império, de poder militar, o peso deste elemento é completamente distinto nos dois casos, bem como a sua utilização.

Nas sociedades pré-capitalistas vicejaram impérios, que dominavam todo ou quase todo seu mundo, pois existiam mais de um mundo em nosso mundo, fronteiras de articulação de forças produtivas locais ou regionais. Quando um império extrapolava os limites desta área, a sua crise era inevitável. Nessas sociedades, “o domínio político construído pela consolidada força militar consolidava por sua vez

a direção ideológica da sociedade, mas em seu princípio estava a força e, em última instância, estava a força. Não havia mecanismos de absorção de outras classes – que é o grande fator de construção da direção ‘consensual’ [...]” (FERREIRA, 2016, p.215). Na sociedade capitalista, a “[...] exploração econômica se autonomiza, a direção ideológica é um reforço superestrutural da inevitabilidade infraestrutural de uma relação já automatizada [,] e a força é um recurso raro em tempos normais, pois a utilização constante desta deslegitima a direção, erode a hegemonia e a própria utilidade do uso da força”. Isto é ainda mais válido em nível internacional, onde o sistema mundial de Estados que se afirma a partir da Paz de Vestfália (1648), com sua fragmentação política, somada à mundialização das forças produtivas, inviabiliza a conformação de um império mundial. “Isto não significa que não tenha havido tentativas de estabelecer novos impérios-mundo, como a loucura nazista, mas o custo material disso torna inviável tal empreitada” (FERREIRA, 2016, p.122).

Contudo, o sistema mundial capitalista necessita de alguma forma de gestão dos interesses das unidades estatais, garantindo seu funcionamento mínimo. É preciso controlar a tendência presente nas potências imperialistas e suas classes dominantes de buscarem exclusivamente seus próprios interesses. Para evitar esta anarquia, “que desarticulava a divisão internacional do trabalho, é fundamental a existência de um Estado hegemô-

nico [... que] condiciona os diversos interesses particulares ao interesse geral e sistêmico. A partir daí definem-se as regras do comércio internacional, da circulação de capitais, a moeda internacional, os limites entre a paz e a diplomacia, de um lado, e a guerra de outro” (MARTINS, 2011, p.53).

Essa hegemonia pressupõe a existência de uma preponderância material – produtiva, financeira e militar. Esta permite confundir os interesses dos Estados e classes dominantes com o do *hegemon* e de sua classe dominante. Isto engendra uma hegemonia ideológica que o torna “apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos” (ARRIGHI, 1996, p.29-30), podendo assim liderar “o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é [também] percebido como buscando um interesse geral [italico no original].” (ARRIGHI, 1996, p.29). Nesse sentido, ainda que guardando para si vantagens e se apropriando da riqueza produzida mundialmente de forma superior às demais potências, é, ao mesmo tempo, por isso, um garantidor da continuidade do funcionamento dessa economia mundial. Desta forma, “[...] não é coincidência que todas as quatro potências líderes dos ciclos hegemônicos tratados por [Giovanni] Arrighi, a Espanha (em associação com os capitais genoveses), a Holanda, a Inglaterra e os EUA fossem poderes marítimos, pois para exercer essa função é necessário o



controle do mar, este que é o ‘sistema circulatório’ do comércio mundial” (FERREIRA, 2016, p.131).²

Contudo, toda hegemonia internacional, como demonstrou Arrighi (1996) ao abordar os ciclos sistêmicos de acumulação, chega ao fim e desemboca em um período de caos sistêmico. Este envolve um parto doloroso de uma nova hegemonia, que ocorre por guerras, onde a expansão das forças produtivas tem levado à ampliação, por sua vez, das forças destrutivas, bem como do campo desses conflitos militares e do número de atores envolvidos. Porém, em sua agonia, a hegemonia não se esgota em todos os campos ao mesmo tempo, ocorrendo primeiro a perda da hegemonia produtiva e depois da político-ideológica, sendo o entrincheiramento nas hegemonias financeira e militar um canto do cisne do *hegemon*. Este *hegemon* em decadência pode se ver cada mais tentado a se afirmar não mais enquanto uma liderança,

um *primus inter pares*, mas enquanto um império. Isto tende a desgastar o próprio sistema internacional e as instituições construídas pelo *hegemon* em seu período de ascensão, minando ainda mais sua capacidade produtiva e sua legitimidade político-ideológica. É a isto que se assiste atualmente. Veja-se o que escreveu o eminente professor James Petras (2017): “Os EUA gastaram mais de 700 bilhões de dólares por ano para prosseguir sete guerras e fomentar ‘mudanças de regime’ ou golpes de Estado em quatro continentes e oito regiões durante as últimas duas décadas. Isso causou apenas desinvestimento na economia doméstica, com deterioração da infraestrutura crítica, perda de mercados, declínio socioeconômico generalizado e redução dos gastos em pesquisa e desenvolvimento de bens e serviços. [...] Hoje, o capitalismo dos EUA é amplamente dirigido por e para instituições financeiras, que absorvem e desviam o capital de investimentos produtivos, gerando uma economia desequilibrada e propensa a crises”.³

Em contraste, temos a emergência de uma nova potência: a China. E a comprovação disto se apresenta mesmo nos piores momentos. Por exemplo, apesar de toda a campanha midiática antichinesa, de cariz xenofobo, a sua resposta ao atual surto do coronavírus demonstra a superioridade de sua economia planificada socialista e de participação de massas. Imagine-se a tragédia que ocorreria se o mesmo vírus surgisse nos Estados Unidos e seu atual sistema de saúde. Este é apenas um pequeno indicador da superioridade chinesa crescente, mas há outros. Veja-se a resiliência de sua democracia popular frente às tentativas desestabilizadoras estadunidenses, como as ações terroristas em curso em Hong Kong, frente às

quais muitos outros governos já teriam sucumbido.

Contudo, a grande questão não é a existência de um *hegemon* potencial, mas a possibilidade mesma da manutenção de um sistema de hegemonia internacional. A crise estrutural capitalista, aberta com a Revolução Científico-Técnica, torna impossível o relançamento de um novo ciclo de acumulação capitalista sem o recurso a um nível de exploração bárbaro e, por consequência, de um regime repressivo muito superior à atual estrutura político-econômica capitalista, apenas vislumbrada no terror nazista. Se isso for possível, novas estruturas de exploração econômica, política e internacional deveriam

emergir, permitindo que as pressões imperiais estadunidenses se materializassem. Mais que uma opção entre EUA ou China, o que o novo caos sistêmico na era do capitalismo agonizante nos coloca, em um novo patamar, é uma encruzilhada: socialismo ou barbárie.

* É cientista político e vice-coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia da UFRJ (LEHC/UFRJ).

1 Livre tradução do italiano: “*Nel mezzo del cammin di nostra vita / mi ritrovai per una selva oscura, / ché la diritta via era smarrita*”. É assim que inicia Dante Alighieri, na escuridão dos infernos, a descrição de sua jornada da *Divina Comédia*.

2 É por isso que toda teoria do sistema-

-mundial deveria ter sempre em consideração as reflexões de A.T. Mahan.
3 Traduzido livremente do inglês.

Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

FERREIRA, Carlos Serrano. **Hegemonia: entre a força e o consenso**. **Revista Portuguesa de Ciência Política**, n. 6, pp. 113-133, 2016.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PETRAS, James. **China's Strategic Economic Planning versus America's Failed Capitalism**. 2017. Disponível em: <https://www.mondialisation.ca/chinas-strategic-economic-planning-versus-americas-failed-capitalism/5616773>.



Água: um bem público ameaçado pelo interesse privado

Diante da crise hídrica vivida neste início de ano e dos questionamentos a respeito da eficiência da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), analisamos o desempenho financeiro da estatal do período de 2012 até setembro de 2019 e seu orçamento de investimento entre 2012 e 2019.

Os dados foram retirados dos respectivos balanços financeiros da Cedae (Doerj), bem como das demonstrações financeiras trimestrais, das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e dos Relatórios Gerenciais do Estado do Rio de Janeiro. Os valores encontram-se deflacionados pelo IPCA de dezembro de 2019.

Desempenho Financeiro da Cedae

Começaremos a nossa análise baseada no desempenho financeiro da estatal. A empresa apresentou trajetória de crescimento do lucro líquido no início da série (Gráfico 1), que foi quebrada no período entre 2015 e 2017. Porém, em 2018 ocorreu um salto, o lucro líquido quase triplicou – passou de R\$ 307 milhões para R\$ 881 milhões – assim como o resultado operacional, que alcançou R\$ 1,5 bilhão, maior valor da série. Esse aumento decorreu de alguns fatores: o crescimento da receita operacional bruta em 3,3%, a redução das despesas com provisões¹, a elevação da tarifa (12,38%) e, principalmente, a diminuição do pagamento de impostos, após a concessão de imunidade tributária à Cedae.

Já o patrimônio líquido da empresa apresentou tendência crescente até 2014 e retomou seu crescimento a partir de 2018, quando atingiu seu maior volume (R\$ 8,3 bilhões). Ou seja, não só a estatal demonstrou suficiência para continuar operando, como seu valor de mercado aumentou.

Nesse horizonte, o desempenho da Cedae a fez alcançar o patamar de empresa mais importante do setor de infraestrutura no país, segundo a revista Exame, com base em análise feita pela Fi-

pecafi, fundação ligada a Universidade de São Paulo. O ranking Melhores e Maiores de 2018 considera companhias tanto estatais quanto privadas.

A seguir, nossa análise partirá de uma avaliação das despesas da Cedae numa perspectiva orçamentária estadual.

O grande aumento do lucro líquido, em 2018, elevou a disponibilidade de caixa – de R\$ 210 milhões para R\$ 564 milhões –, um dos motivos para a queda na dívida líquida, que foi de R\$ 1,65 bilhão para R\$ 879 milhões (Gráfico 2). Adicionado a esse fato, houve redução do passivo atuarial – de R\$ 1 bilhão para R\$ 699 milhões –, ocasionado por decisão judicial que exime a Companhia da responsabilidade de pagamento das contribuições extraordinárias destinadas a compensar o déficit da Prece², mas que se encontram suspensas, também por decisão judicial, desde 2011. Por conta disso, a dívida bruta foi de R\$ 1,86 bilhão para R\$ 1,44 bilhão, o que contribuiu para o declínio da dívida líquida.

Já o patrimônio líquido da empresa apresentou tendência crescente até 2014 e retomou seu crescimento a partir de 2018, quando atingiu seu maior volume (R\$ 8,3 bilhões). Ou seja, não só a estatal demonstrou suficiência para continuar operando, como seu valor de mercado aumentou.

Nesse horizonte, o desempenho da Cedae a fez alcançar o patamar de empresa mais importante do setor de infraestrutura no país, segundo a revista Exame, com base em análise feita pela Fi-

pecafi, fundação ligada a Universidade de São Paulo. O ranking Melhores e Maiores de 2018 considera companhias tanto estatais quanto privadas.

A seguir, nossa análise partirá de uma avaliação das despesas da Cedae numa perspectiva orçamentária estadual.

A Cedae no orçamento

Como a empresa se configura como uma estatal independente – ou seja, não é financiada por nenhum ente federativo – não está incluída no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, mas se encontra, separadamente, no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. A partir deste documento, coletamos a previsão e execução de valores investidos pela Companhia em cada um dos sete programas associados à sua unidade orçamentária, entre 2012 e 2019.

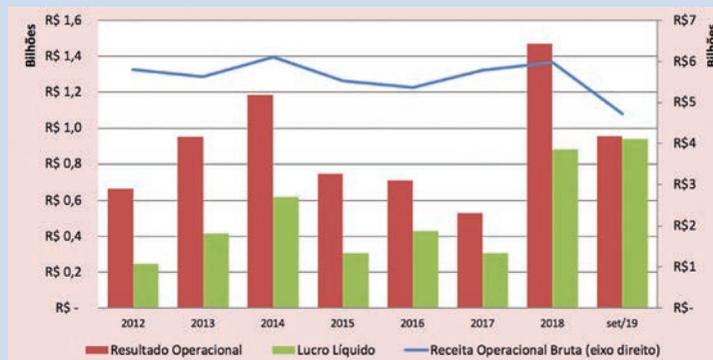
Quanto à execução, observa-se um grande salto em 2016 (Gráfico 3), que se deu através do pro-

grama Saneamento Básico. Introduzido pelo Plano Plurianual de 2016, ele substituiu os anteriores, compilando algumas ações, principalmente as antes pertencentes ao programa Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário na Região Metropolitana do RJ.

Naquele ano, dos R\$ 238,3 milhões investidos, R\$ 236,6 milhões foram direcionados para esse novo programa. Por sua vez, destes R\$ 236,6 milhões, R\$ 201,7 milhões foram canalizados para a ação Implantação e Ampliação de Sistema de Abastecimento de Água da RMRJ. Contudo, é importante salientar que o montante de investimentos executados correspondeu a 17,1% do previsto, estimado em R\$ 1,38 bilhão. Nesse sentido, durante todo o período analisado, o percentual executado foi ínfimo: em 2012, ano em que o percentual atingiu seu maior patamar, esse foi de apenas 33,4%.

O referido programa continuou a receber a maior fatia dos

Gráfico 1 – Receita Operacional Bruta, Resultado Operacional e Lucro Líquido:



Fonte: Demonstrações Financeiras; Balanços Cedae (DOERJ).

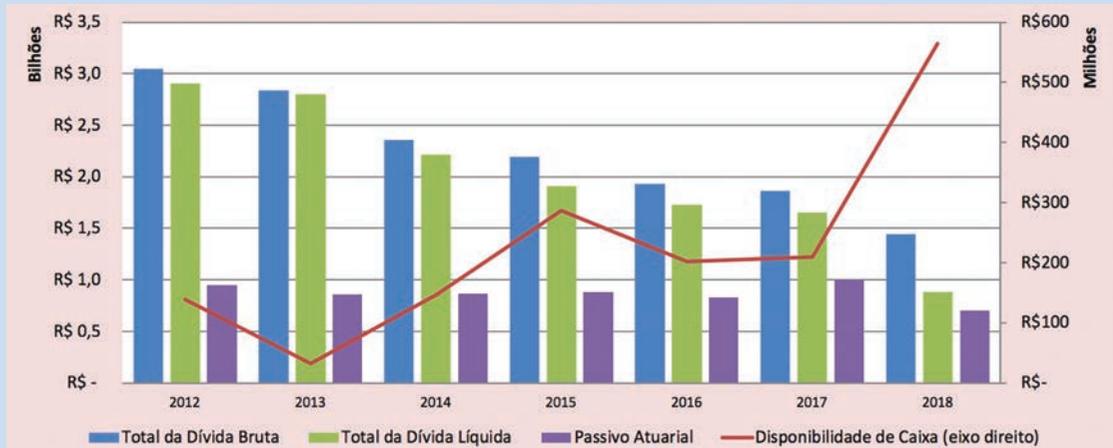
investimentos em 2017 e em 2018. Apesar de a dotação inicial ter atingido seu ápice, R\$ 2,02 bilhões, em 2018, os R\$ 194 milhões executados não superaram o valor registrado em 2016. Por sua vez, o programa Pacto pelo Saneamento, criado em 2018, passou a protagonizar as execuções em 2019, com R\$ 96,4 milhões, que representaram 93% do montante executado.

Os fatores mais relevantes para esse salto nos investimentos, a partir de 2016, foram o Programa de Abastecimento de Água para a Baixada Fluminense e a construção do Novo Guandu. Juntos, representam um conjunto de obras com o objetivo de universalizar o acesso à água na Baixada e incluem a construção de uma estação de tratamento e de dezessete reservatórios em diversos municípios, além da reforma de outros nove. O projeto prevê beneficiar milhões de pessoas e está sendo financiado por um empréstimo junto à Caixa Econômica.

No que tange às fontes de financiamento desses investimentos, nos primeiros anos da série, a totalidade dos recursos era proveniente da própria Cedae, através, principalmente, do recolhimento de taxas. Posteriormente, com o salto no valor investido, houve contração de empréstimos, através de operações de crédito internas. Contudo, mesmo a quitação desses empréstimos será de responsabilidade da empresa e em nenhum ano foram recebidos recursos do Tesouro. Assim, fica reafirmada sua condição como estatal independente e comprovada sua autonomia financeira em relação ao governo estadual.

O acesso universal a serviços de saneamento básico é fator essencial na qualidade de vida de uma população, sendo esta a função social da Cedae. O índice do abastecimento

Gráfico 2 – Disponibilidade de Caixa, Passivo Atuarial, Dívida Bruta e Dívida Líquida:



Fonte: Demonstrações Financeiras; Balanços Cedae (Doerj).

de água tem se mantido acima do de abastecimento de esgoto, sendo o primeiro 87% da população e o segundo 37%, em 2018. Manter esse serviço sob controle do estado é condição *sine quo non* para que o interesse público seja respeitado.

Privatizar é a solução?

Verificamos que, entre 2017 e 2019, o lucro líquido da Cedae triplicou, enquanto a dívida líquida reduziu drasticamente. Porém, mesmo com esse quadro positivo, o número de funcionários diminuiu consideravelmente. Foram desligados 100 funcionários entre 2017 e 2018 e em março de 2019 mais 54 foram demitidos. Nesse mesmo intervalo de tempo, não houve nenhuma admissão³. Segundo notícia publicada pelo jornal O Dia⁴, dentre os 54 funcionários desligados, a maioria era composta por “engenheiros de carreira, muitos já foram diretores, que há décadas contribuem com a memória técnica da empresa. Estas dispensas quebram a espinha dorsal da Cedae, pois atingem os pilares estruturais da empresa e, certamente, há uma motivação de celeridade à privatização”, afirmou

Clóvis, vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio e funcionário de carreira da Companhia.

Diante disso, percebe-se uma situação de sucateamento que resultou na crise hídrica carioca e aqueceu o debate sobre a necessidade de privatizar a empresa. Vale lembrar que a privatização da Cedae foi uma das condições do Regime de Recuperação Fiscal, firmado em 2017 entre os governos estadual e federal, para que o primeiro possa renegociar sua dívida e receber ajuda financeira.

Dentre as inúmeras justificativas para a privatização, surgem argumentos tais como: a qualidade do serviço prestado melhoraria, as empresas privadas possuem mais capacidade para investir, haveria avanços em problemas como falta de saneamento adequado, água potável e tratamento de esgoto. Contudo, diversas experiências internacionais mostram o contrário. De acordo com estudo realizado pela Unidade Internacional de Pesquisa de Serviços Públicos, pelo Instituto Transnacional (TNI) e pelo Observatório Multinacional, vem ocorrendo, desde 2000, uma ten-

dência global de remunicipalização do abastecimento de água. Segundo a pesquisa, nos últimos 15 anos, houve pelo menos 180 casos de remunicipalização em 35 países, por motivos semelhantes: desempenho medíocre e dificuldade de monitoramento das empresas privadas, disputas sobre custos operacionais e aumento de preços, falta de transparência financeira, diminuição da mão de obra e serviço com qualidade deficiente. Algumas cidades merecem destaque: Berlim, Buenos Aires, Budapeste, La Paz e Paris.

Satoko Kishimoto, coordenadora para políticas públicas alternativas no TNI e uma das autoras do estudo, diz que o argumento da ineficiência de sistemas públicos não pode ser uma justificativa para a privatização: “Seus defensores apresentam a privatização como a única solução, mas há muitos bons exemplos no mundo de uma gestão pública eficiente. Afinal, 90% do fornecimento de água no mundo é público (...). A solução não é privatizar, e sim democratizar os serviços públicos”. Para reforçar esse ponto, podemos citar a estatal responsável pelo saneamento de São Paulo, a Sabesp, que recebeu, somente

em 2018, reconhecimentos como o Prêmio Melhores em Gestão, o Troféu Transparência Anefac, o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento, dentre outros.

Por outro lado, Kishimoto considera que o setor privado não tem incentivo para fazer investimentos básicos que não teriam contrapartida do ponto de vista empresarial, como aumentar o saneamento em áreas carentes⁵. Nesse contexto, aplica-se também o exemplo da Sabesp, que, apesar do controle estatal, possui capital aberto. Segundo o ex-presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, esse foi um dos motivos que agravou a crise hídrica paulista de 2014. Em entrevista para a BBC, o especialista apontou que: “Faltaram investimentos em novos mananciais. Se no passado esses recursos tivessem sido alocados, de forma a superar as variações do ciclo hídrico, certamente estaríamos passando por essa crise com folga”. Ainda que possua altos índices de investimento, a empresa estaria “mais preocupada em gerar lucro” e por isso teria feito “escolhas erradas”⁶. Dessa forma, fica claro que um passo na direção do mercado pode fazer com que o interesse público fique em segundo plano, caso ameace os ganhos dos acionistas.

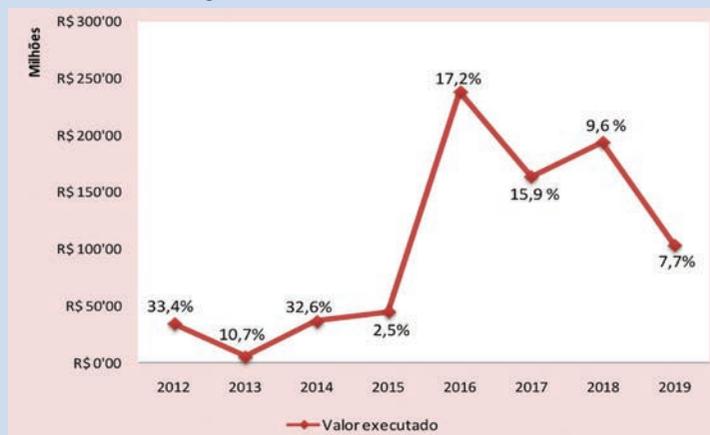
Considerações Finais

Assim, podemos concluir que, apesar do baixo percentual de execução, a Cedae possui autonomia em relação aos seus investimentos, que ano passado chegaram a representar mais da metade do total investido em saneamento no

Estado. O balanço financeiro da empresa também se mostra favorável, principalmente nos últimos anos. Contudo, isso não é suficiente para impedir alegações de ineficiência, demissões em massa e a presença cada vez mais forte da ameaça de privatização.

Nessa linha, a atual crise hídrica é resultado de uma política de sucateamento da Companhia, com o objetivo explícito de ganhar o apoio populacional quanto à privatização. Com efeito, Witzel declarou publicamente que nomeou Hélio Cabral à presidência para que ele preparasse o terreno para o leilão da Cedae, já marcado para outubro deste ano⁷. No mesmo sentido, a despeito da sólida capacidade financeira da empresa e do recente salto em seu lucro líquido, suficiente para financiar investimentos de peso, o governador afirmou que “evidentemente que a questão de Guandu não se resolve sem investimentos que virão com o leilão da Cedae”⁸. Há, portanto, um evidente interesse em transformar esse importante patrimônio público em um instrumento de enriquecimento privado.

Gráfico 3 – Orçamento de Investimento da Cedae:



Fonte: Siafe, LOA e Relatório Gerencial 2012-2019.

Por outro lado, a crise ambiental na qual se encontra o Estado do Rio é antiga e nunca foi uma prioridade efetiva nas políticas públicas, a despeito de sua relevância e urgência. A poluição que afeta a qualidade da água do rio Guandu é fruto de décadas de descaso e leniência para com a instalação de fábricas e lixões irregulares nas margens do rio e seus afluentes.

Pelo exposto, podemos ver que, se por um lado, a Cedae deve ser reconhecida em seu imprescindível papel no fornecimento de

uma infraestrutura que atende necessidades básicas vinculadas à saúde e à vida digna da população fluminense, por outro, é justamente por esse papel como instituição voltada ao interesse público que esta deve ser chamada à responsabilidade: é seu dever mobilizar os recursos à sua disposição para garantir que o rio Guandu seja “tratado como área de proteção ambiental de fato”⁹. Vale ressaltar que nenhuma empresa privada teria o interesse ou a responsabilidade de cumprir semelhante papel.

1 Provisão para devedores duvidosos (parcelamento de contas vencidas) e provisão para contingências (reversões e pagamentos em processos judiciais trabalhistas e cíveis).

2 Previdência Complementar da Cedae.

3 A atual diretoria da Cedae, nomeada por Witzel, iniciou sua gestão demitindo os referidos 54 técnicos, suspendendo a realização de concurso público aprovado e demandado com urgência, há anos, pelo Sintsama-RJ e demais sindicatos da categoria, e introduzindo o chamado Programa de Demissão Voluntária, medidas que têm fragilizado o corpo técnico da Companhia. Ela foi denunciada pelo Sintsama-RJ por práticas arbitrárias de gestão (como a recusa em adotar as medidas recomendadas por técnicos experientes no manejo da crise provocada pela alga produtora de geosmina) e pode ser responsabilizada administrativa, civil e penalmente pela atual situação de crise hídrica (Informativo do Sintsama-RJ, CTB-RJ e Fenatema).

4 <https://odia.ig.com.br/colunas/servidor/2019/03/5627436-demissoes-na-cedae-vao-parar-na-justica.html>

5 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40379053>.

6 https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141023_sabesp_lgb.

7 <https://www.odebateon.com.br/witzel-afirma-que-a-missao-de-cabral-e-privatizar-a-cedae/>.

8 <https://oglobo.globo.com/rio/witzel-diz-que-despoluicao-do-guandu-depender-de-verba-obtida-com-leilao-da-cedae-1-24195031>.

9 Informativo do Sintsama-RJ, CTB-RJ e Fenatema.